



## MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

**DATA:** 28/10/2008

**HORÁRIO:** 9:00 às 12:00

**LOCAL:** SETP – Curitiba

### Participantes

#### Membros:

##### SETP

Carmem Cristina Zadra

Denise Colin

Ironi Camargo

Jucimeri Isolda Silveira

Renata Mareziuzek dos Santos

##### COGEMAS

Eunice Ap. Porcel Sommacal

Joaquim Guilherme da Silva Filho

Jiuzete Vasconcelos de Araújo

Márcia Mazzarotto

Maria Regina Topan

Sandra C. Kloser Busnello

Simone B. Ferrari

Suzie A Pucillo Zanatta

#### Representantes da Secretaria Técnica:

Ana Paula Gonçalves

Kellen Cristina Dalcin

Rosely Lemos

#### Convidados:

Amélia Kamakava

Creusa Lurdes de Melo

Claudia N. B. Chenabin

Gabriela Luciano

Kelli Regina Albanese

Rosilene Beatriz Dezordi Link

Sandra A. Galeski

Sionara de Paula

Odelita Herbst

**Pauta:**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 03/07/2008;
- Aprovação da memória da reunião extraordinária da CIB de 29/09/2008;
- Aprovação das memórias das reuniões de Câmara Técnica da CIB sobre o SIPEAS;
- Guia de Orientação: análise das sugestões para pactuação do conteúdo final;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Sugestões para discussão da Câmara Técnica da CIT sobre habilitação e desabilitação;
- Monitoramento CRAS: repasse da Resolução 010/08 e pactuação dos Planos de Providência dos municípios de Boa Vista da Aparecida, Castro, Colombo, Fazenda Rio Grande e Foz do Iguaçu;

**Informes:**

- Ofício n.º 031/08 – COGEMAS: Presidência COGEMAS;
- Decreto n.º 563/08 – Prefeitura Municipal de Curitiba: Presidência da Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS;
- Encontro Nacional de Monitoramento de CREAS;
- Encontros Macro Regionais de capacitação e avaliação do SUAS e SISAN;
- Conferência Estadual dos Direitos do Idoso;
- Levantamento dos trabalhadores do SUAS no Paraná e Seminário Estadual de Gestão do Trabalho no SUAS;
- I Encontro Estadual de Monitoramento da Gestão Municipal do SUAS;
- Co- financiamento Estadual 2008 para CRAS, CREAS e Benefícios Eventuais.

### **Aprovação da pauta da reunião:**

Denise Colin, coordenadora da CIB, agradece a presença de todos confirmando o quorum mínimo e relembra que a pauta contempla algumas questões referentes a última reunião para serem pactuadas. Sugere que seja alterado o item de pauta relativo as sugestões para discussão na Câmara Técnica da CIT como último item, e, destaca que o Guia de Orientação abordará o posicionamento da CIB/PR em relação a habilitação para gestão do SUAS, em especial, a implantação do CRAS, com condicionalidade de seis meses para efetiva implantação e funcionamento.

Ela questiona se há mais algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. Jucimeri Isolda, membro da CIB, representando a SETP, sugere que se acrescente como informes a realização do “I Seminário Estadual da Gestão Municipal do SUAS. Sem mais alterações, a pauta é aprovada.

### **Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 03/07/2008 e da reunião extraordinária de 29/09/2008:**

Denise Colin coloca as memórias em apreciação, e não havendo modificações, a mesmas são aprovadas.

### **Aprovação das memórias das reuniões de Câmara Técnica da CIB sobre o SIPEAS:**

Denise Colin coloca em apreciação a memória da Câmara Técnica que discutiu a revisão do Plano Municipal de Assistência Social e do Relatório de Gestão adotado pelo estado do Paraná. Considerando as propostas do Grupo de Trabalho - GT sobre sistemas de informação, organizado pelo MDS, no qual o Paraná tem representação, há previsão de modificações no SUASweb, adotando um Plano Municipal e um Relatório de Gestão padronizados para todo o país. Nesse momento, haverá a possibilidade de compatibilização dos aplicativos que atualmente compõe o SIPEAS.

Em reunião da Câmara Técnica da CIB discutiu-se a migração de dados e a formatação do quadro da rede de maneira mais objetiva, reordenando o campo de

equipamento, no qual o município irá detalhar quais os serviços prestados e o público usuário. Renata, da SETP, relembra que anexo a memória da Câmara Técnica de 30 de agosto está o modelo do quadro, ao qual os membros podem analisar e encaminhar sugestões até 14 de novembro, sendo estas avaliadas em uma nova reunião de Câmara Técnica e, finalmente, pactuadas na reunião ordinária da CIB, prevista para 16 de dezembro.

### **Guia de Orientação - análise das sugestões para pactuação do conteúdo final:**

Denise Colin resgata o processo de elaboração do Guia de Orientação desde 2006, cujo objetivo é subsidiar os municípios no processo de pleito à habilitação. Ela expõe que a principal pendência para que fosse pactuado está relacionada ao critério adotado para o processo de habilitação à gestão básica ou plena, no tocante a instalação e funcionamento de CRAS. O entendimento de grande parte das CIB's e de representantes da CIT, é de que o requisito seria cumprido à partir da comprovação dos municípios apenas sobre a possibilidade de implantação.

A partir de 2008, o MDS utilizou um novo mecanismo para expansão do co-financiamento federal pelo piso básico fixo, adotando o aceite pelo município e repasse inicial do referido piso por três meses. Não correspondendo a instalação de equipamento com a oferta dos serviços no CRAS e com a constituição de equipe técnica de referência, dentro do prazo de 3 meses o co-financiamento federal será cancelado.

A CIT constituiu uma câmara técnica para avaliar e propor aperfeiçoamento no procedimento de habilitação dos municípios, cuja a tendência das discussões é de que seja adotado um pacto de responsabilidade das atribuições dos municípios com o governo federal mas, para tanto, ainda é necessária a pactuação na CIT e deliberação do CNAS.

Além disso, ela relembra que a partir de 2009, o piso básico de transição passa gradativamente, a se transformar em piso fixo, posto que estará co-

financiando os serviços prestados no CRAS ou em entidades referenciadas nos mesmos, mediante adesão ao SUAS.

Denise Colin orienta que a partir das pactuações desta reunião, será considerada a demonstração da capacidade de implantação do CRAS no período de seis meses, respondendo aos critérios de estrutura mínima de funcionamento do CRAS, como equipe técnica, espaço físico, horário de funcionamento e atividades realizadas. Passado este período, será realizada visita “in loco” pelos escritórios regionais para comprovação de adequação ou para iniciar o processo de desabilitação, caso não seja cumprida a orientação.

Kellen Dalcin, secretária técnica da CIB, resgata sobre o item relacionado à implantação do CRAS. Segundo ela, há seis municípios que possuem pendências neste sentido, alguns com dificuldades de implantação do equipamento e outros com CRAS implantados, mas que ainda não se adequaram em alguns requisitos. Nesta análise poderá se considerar a habilitação, porém, com a orientação do período de adequação pactuado, a princípio de seis meses.

Denise Colin destaca que, neste contexto, a CIB/Pr estará adotando a mesma orientação do Governo Federal em relação ao que se está considerando como adequado para funcionamento dos CRAS. Todos os itens do monitoramento CRAS e da Resolução n.º 006/07 - CIT, que apontaram para readequação também serão considerados.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, destaca a importância de realizar esta adequação, uma vez que há uma grande porcentagem de municípios que não são habilitados por conta de pendências no CRAS, sendo esta uma orientação fundamental para possibilitar o processo de implantação do equipamento e a respectiva habilitação do município.

O conteúdo final do “*Guia de Orientação: habilitação municipal à gestão do SUAS*”, foi concluído após conhecimento e análise de contribuições dos conselheiros estaduais do CEAS, Escritórios Regionais e dos membros da CIB. A única complementação se refere à função de coordenador nos CRAS e, após discussão, houve pactuação dos membros de que os municípios de pequeno porte I e II poderão indicar como coordenador um integrante da equipe técnica,

mantendo-se, entretanto, a preferência por um profissional que desempenhe exclusivamente esta função. Já para municípios de médio, grande porte e metrópole, o coordenador deverá ser um profissional que desempenhe somente esta função, e que portanto, não poderá ser atribuída a outro integrante da equipe mínima do CRAS. Para todos os municípios, permanece a definição da NOB-RH/SUAS quanto ao perfil deste coordenador: “(...) *as equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (NOB-RH, 2007 p.27)*”. A partir desta reunião, os parâmetros para habilitação dos municípios estarão pautados no conteúdo do Guia, que tem previsão de publicação ainda em 2008.

#### **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:**

Kellen Dalcin apresenta o quadro de habilitação correspondente ao período de 07 de julho a 24 de outubro, totalizado por 17 municípios pleiteando a habilitação. Alguns destes municípios, apresentaram pendências em relação ao funcionamento adequado do CRAS, e estavam no aguardo de pactuação do conteúdo do Guia de Orientação. Tendo em vista a pactuação do conteúdo final do Guia, fica definido que os municípios nesta situação (habilitado\*) serão habilitados por meio de resolução da CIB e a partir de sua publicação, terão seis meses para efetivar os reordenamentos necessários, com acompanhamento posterior do Escritório Regional. Além destes, foram habilitados outros 05 municípios, totalizando 10 em gestão básica e 01 em gestão plena, para os quais será elaborada resolução da CIB, a ser publicada em Diário Oficial, e posterior comunicação à CIT. Outros 06 municípios permanecem com o processo indeferido, cabendo à Secretaria Técnica o envio de memorando aos Escritórios Regionais para orientação aos gestores municipais.

<b>Escritório Regional</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Análise da Secretaria Técnica</b>
Campo Mourão	Ubiratã	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
União da Vitória	Paula Freitas	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Guarapuava	Cantagalo	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Francisco Beltrão	Pérola D'Oeste	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Francisco Beltrão	Salto do Lontra	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Londrina	Arapongas	Pleito à Gestão Plena	Habilitado *
Ponta Grossa	Castro	Pleito à Gestão Básica	Habilitado *
Curitiba	Tijucas do Sul	Pleito à Gestão Básica	Habilitado *
Francisco Beltrão	Marmeleiro	Pleito a Gestão Básica	Habilitado *
Guarapuava	Pinhão	Pleito à Gestão Básica	Habilitado *
Francisco Beltrão	Bela Vista da Caroba	Pleito à Gestão Básica	Habilitado *
União da Vitória	Paulo Frontin	Pleito à Gestão Básica	Indeferido
Maringá	Lobato	Pleito à Gestão Básica	Indeferido
Curitiba	Piraquara	Pleito à Gestão Plena	Indeferido
Cornélio Procópio	Sapopema	Pleito à Gestão Básica	Indeferido
Irati	Irati	Pleito à Gestão Básica	Indeferido
Guarapuava	Boa Ventura de São Roque	Pleito à Gestão Básica	Indeferido

Kellen faz uma observação com relação à previsão de alterações que estão sendo consideradas através de declarações do Prefeito Municipal ou gestor da assistência social no que tange às pendências identificadas, por exemplo na Lei que cria o CMAS ou no balancete do FMAS.

Ela expõe que a secretaria técnica considera valida a declaração de que haverá a estruturação da composição do CMAS à partir da próxima Conferência, a ser realizada no ano subsequente, cumprindo com as alterações previstas no reordenamento da Lei de Criação, tendo em vista os prazos de tramitação de alteração da Lei e calendário da Conferência. No caso dos balancetes, estão sendo aceitas declarações em nome do contador prevendo o reordenamento de despesas e receitas por eixos de proteção e tipo de gasto no próximo ano.

Kellen esclarece que tais considerações vem sendo feitas devido à proximidade do fim do exercício de 2008, bem como dos impedimentos de tramitação oriundos do processo eleitoral e, sendo assim, no próximo ano serão

retratadas nos memorandos de orientação da secretaria técnica e indicarão indeferimento dos processos, para reordenamento e reenvio do pleito à CIB.

Simone Ferrari, representante do COGEMAS, concorda com esta consideração relacionada à composição do Conselho, lembrando que para 2009 está prevista a realização das Conferências. Neste sentido, ela resgata o desconhecimento dos gestores, técnicos e conselheiros municipais quanto à composição dos CMAS na representação governamental e não-governamental e portanto, indica a necessidade de elaboração de ofício para orientação aos gestores municipais. Kellen reitera tal necessidade e lembra que o assunto foi pautado no CEAS e deve ser retomado como ação conjunta entre as intâncias, seguindo o previsto na Resolução n.º237/06 – CNAS.

Denise Colin encaminha a pactuação dos municípios habilitados, bem como a indicação de itens e procedimentos aos municípios cujo processo foi indeferido para que estes retornem o pleito à habilitação a partir da próxima reunião. Com relação aos municípios habilitados com condicionalidade no CRAS, será enviada orientação via Escritório Regional.

**Monitoramento CRAS - repasse da Resolução n.º 010/08 – CIB/PR e pactuação dos Planos de Providência dos municípios de Boa Vista da Aparecida, Castro, Colombo, Fazenda Rio Grande e Foz do Iguaçu:**

Denise Colin resgata o conteúdo da Resolução n.º 010/08 – CIB/PR que pactua os Planos de Providências apreciados e aprovados durante reunião extraordinária ocorrida em 29 de setembro, dos seguintes municípios: Castro (*CRAS I*), Campo Mourão, Londrina, São José dos Pinhais e Maringá. A referida Resolução encontra-se em fase de publicação em Diário Oficial, e em breve será enviada pela Secretaria Técnica da CIB. Para a reunião de 28 de outubro, estavam pendentes os Planos de alguns municípios.

Renata Santos, representante da SETP, apresenta o quadro dos Planos de Providências que foram pautados na reunião de Câmara Técnica, em que os municípios tinham o prazo de até 24 de setembro para o encaminhamento de seus



respectivos Planos com as alterações sugeridas conforme segue:

<b>Escritório Regional</b>	<b>Município</b>	<b>Situação Insatisfatória</b>	<b>Ações a serem implementadas</b>	<b>Prazo</b>
Cascavel	Boa Vista da Aparecida	Ausência de instalações sanitárias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequações das salas existentes para utilização do CRAS;</li> <li>• Utilização exclusiva das instalações sanitárias pelo CRAS, a partir da construção de espaços próprios para o órgão gestor;</li> <li>• Adaptações das instalações sanitárias que garantam acessibilidade a pessoas idosas e com deficiências, conforme as normas da ABNT.</li> </ul>	Maio/2009
Curitiba	Colombo	Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de equipe técnica, conforme previsão da NOB-RH/SUAS.</li> </ul>	Junho/2009
Curitiba	Fazenda Rio Grande	Presença de apenas de 1 técnico com nível superior na equipe.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de profissionais de nível superior através de convocação de classificados em concurso público e remanejamento de assistentes administrativos lotados na Gerência de Ação Social para os CRAS, conforme previsão da NOB-RH/SUAS.</li> </ul>	Dezembro/2008 e Março/2009
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	- Ausência de instalações sanitárias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construções de instalações sanitárias.</li> </ul>	Junho/2009
Ponta Grossa	Castro I (Abapan – R. Blumenau s/n)	- Presença de apenas 1 técnico com nível superior na equipe.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de equipe técnica, conforme previsão da NOB-RH/SUAS.</li> </ul>	Junho/2009

- Boa Vista da Aparecida, do Escritório Regional de Cascavel, tinha pendências em relação a ausência de instalações sanitárias e, o município se comprometeu a realizar as adaptações, conforme as normas da ABNT,

encaminhando o projeto de alteração, com a previsão de construção de novos espaços para o órgão gestor separado do CRAS, e espaço com acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência;

- Colombo apresentou pendência relacionada a equipe técnica, porém, este não descreveu a figura do coordenador de nível superior. A resposta do município indicou a contratação de equipe técnica de acordo com o que está previsto na NOB/RH até junho de 2009, porém, não apresentou a definição de qual destes profissionais seria o coordenador. Renata Santos sugere que seja pactuado este Plano de Providências, com a condição de que até 31 de outubro o mesmo seja complementado com a informação de que haverá a contratação de coordenador para as equipes dos CRAS, com a recomendação de que seja do quadro próprio e específico para o cargo;
- Para Fazenda Rio Grande foi recomendado a mesma orientação de Colombo, ou seja, contratação de coordenador para a equipe do CRAS, que seja do quadro próprio e específico para desempenhar tal função, condicionando o prazo de até dia 31 de outubro para providenciar encaminhamento de um novo Plano de Providências à CIB;
- Foz do Iguaçu apresentou ausência de instalações sanitárias, e enviou o Plano com o compromisso de adequação até junho 2009. Kellen resgata que o município já possui um Plano de Providências, elaborado em conjunto com o MDS, COGEMAS, SETP, FOREAS, CMAS e órgão gestor, em decorrência de abertura de processo de desabilitação. Sendo assim, ela sugere que a pendência relativa às instalações sanitárias seja integrada ao Plano de Providências já existente, e que seja pactuado nesta oportunidade, todo o conteúdo do Plano. Destaca que está prevista uma nova reunião de monitoramento juntamente com o MDS e outras instâncias para retorno ao município no mês de novembro de 2008. A gestora do município, Rosilene Dezordilink, esclarece que a equipe técnica está composta por 18 funcionários e o CMAS está em funcionamento com Secretaria Técnica, sendo uma Assistente Social do quadro próprio. Além disso, ela informa que os quatro CRAS foram implantados com equipe técnica suficiente, e foram também

implantados o CREAS e o Centro de Atendimento a Mulher, também segundo as normas relativas a composição de equipe;

- Castro apresentou insuficiência na equipe do CRAS “Abapan”, e o respectivo Plano indicou o comprometimento de contratação de técnico de nível superior, conforme a previsão da NOB/SUAS, até junho de 2009.

Sendo assim, os Planos aprovados foram pactuados com a ressalva de envio pelos municípios de Colombo e Fazenda Rio Grande para posterior elaboração de Resolução pela CIB.

### **Sugestões para discussão da Câmara Técnica da CIT sobre habilitação e desabilitação:**

Jucimeri Isolda, da SETP, fala sobre a composição de uma Câmara Técnica da CIT que há alguns meses vem se reunindo para definição de parâmetros para habilitação e desabilitação no país. Neste sentido, a CIB/PR enviará Ofício à CIT com algumas sugestões para o trabalho desta Câmara: produzir material com detalhamento dos requisitos e exigências contidas no termo de habilitação; padronizar os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação; tornar o envio do Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD uma das exigências no que se refere ao funcionamento do FMAS; definir um processo homogêneo de monitoramento/renovação da habilitação por todas as CIBs; padronizar os fluxos de desabilitação, bem como definir os procedimentos a serem tomados; discutir quanto a elaboração de ações conjuntas com o Ministério Público, através de Termo de Ajuste e Compromisso - TAC; prever a elaboração de Planos de Providências pelos municípios para superação de pendências do processo de habilitação e de monitoramento. Ela sugere que se acrescente realização de capacitações específicas ou reuniões ampliadas sobre monitoramento e avaliação, e funcionamento das CIB's, e solicitou aos membros o envio de outras sugestões até o dia 07 de novembro ([cib@setp.pr.gov.br](mailto:cib@setp.pr.gov.br)) para possíveis contribuições à CIT.

**Informes:****Ofício n.º 031/08 – COGEMAS: Presidência COGEMAS:**

Ofício de repasse sobre a substituição da Presidência do COGEMAS/PR por Carmem Cunha, vice-presidente do Colegiado.

**Decreto n.º 563/08 – Prefeitura Municipal de Curitiba: Presidência da Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS:**

Prevê a substituição de Fernanda Richa, afastada devido ao período eleitoral, por Letícia Raymundo, na Presidência da FAS.

**Encontro Nacional de Monitoramento de CREAS:**

Renata Santos, as SETP, fala sobre o evento que ocorreu entre os dias 07 e 08 de outubro, em Brasília, onde se discutiu a necessidade de realizar um levantamento nacional para identificar a situação de funcionamento dos CREAS e como se dá o atendimento. Durante o evento, foi apresentada uma ficha de monitoramento que seria o Censo CREAS, a ser disponibilizada em 27 de outubro e com o prazo até 27 de novembro para preenchimento pelos municípios que têm CREAS ou unidades vinculadas ou não ao CREAS, que sejam estatais e prestam serviço de atendimento.

Ironi Camargo, destaca que foi pontuada a questão de haver uma maior discussão sobre o CREAS em âmbito nacional, uma vez que está se conhecendo o processo de monitoramento sem uma discussão mais ampliada do funcionamento do equipamento e serviços prestados. De acordo com a CIT, este trata-se inicialmente de um levantamento para conhecimento, em que a intenção consiste em identificar a situação para ampliar a discussão posteriormente.

Jucimeri, da SETP, expõe que esta discussão será ampliada a partir de 2009, como objetivo de analisar o processo de implantação deste equipamento no estado do Paraná e no Brasil.

### **Encontros Macro Regionais de capacitação e avaliação do SUAS e SISAN:**

Jucimeri, da SETP, comenta que foram realizados 11 encontros macroregionais entre os meses de maio à agosto de 2008, reunindo aproximadamente 420 participantes entre técnicos e gestores da assistência social dos 399 municípios, além de um número bem expressivo de representantes da segurança alimentar. Informa que o relatório está sendo concluído, e conterà o resultado de contribuições dos municípios sobre funcionamento e reestruturação do CRAS, CREAS e abrigos.

### **Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa:**

Kelli Albanese, representante da SETP, repassa aos membros que entre os dias 01 e 02 de setembro foi realizada a IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa no Restaurante Madalosso, com a participação de 520 pessoas do estado do Paraná, dentre eles delegados eleitos nos encontros regionais temáticos, observadores e convidados. Teve como tema a “Avaliação do Processo de Estruturação e Reestruturação da Rede Nacional de Atendimento a Pessoa Idosa - RENADI”, com oito eixos temáticos de discussão, dos quais foram deliberadas cinco prioridades para cada eixo a serem cumpridas no próximo biênio. Informa que o relatório com as deliberações estará disponibilizado a partir de novembro, no site da SETP, no link do CEDI.

Já a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, estava prevista para ocorrer de 28 a 30 de outubro, porém, foi cancelada pelo governo federal com a justificativa de não haver tempo suficiente para sistematização de todas as prioridades encaminhadas pelas Conferências Estaduais, ficando, segundo Decreto Presidencial, com previsão para ocorrer entre os dias 18 e 20 de março de 2009.

Estará acontecendo também a capacitação para os conselheiros municipais dos direitos do idoso, por meio de quatro encontros regionais no estado do Paraná até o final de 2008, com previsão de 312 participantes. Inicialmente foi elaborado um levantamento geral dos conselhos municipais no estado, indicando a existência de 156 em funcionamento. Os encontros ocorrerão no dia 14 de

novembro em Curitiba; 21 de novembro em Paranavaí; 25 de novembro em Ivaiporã e 28 de novembro em Cascavel. Os temas debatidos serão os princípios básicos que permeiam a política do idoso, a estrutura e funcionamento dos conselhos e, principalmente, o papel dos conselheiros.

### **Levantamento dos trabalhadores do SUAS no Paraná e Seminário Estadual de Gestão do Trabalho no SUAS:**

Jucimeri, da SETP, resgata que este levantamento foi um encaminhamento do CEAS, e trata-se de um mapeamento preliminar dos trabalhadores do SUAS. O resultado será apresentado no “I Seminário Estadual de Gestão do Trabalho do SUAS”, que mostrará quem são os trabalhadores da política no estado. Houve mais de cinco mil trabalhadores inscritos no preenchimento deste material, o que já é de conhecimento do MDS. O referido Ministério justificou em uma nota técnica apoio ao seminário, entendendo que o levantamento pode ser um aplicativo aprimorado e utilizado pelos demais estados, especialmente por corresponder a um momento em que está sendo implantado o CadSUAS.

Os membros da CIB foram informados da realização do Seminário, com 400 vagas para o interior do estado e 200 vagas para Curitiba, Região Metropolitana e litoral, com previsão para os dias 18 e 19 de novembro em Curitiba, cuja programação será divulgada em breve. É uma iniciativa do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/11ª Região e da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização do CEAS/PR, que suscitou a aproximação ao Conselho Regional de Psicologia – CRP, uma vez que existe dificuldade dos técnicos ao que tange a suas atribuições e a interdisciplinariedade no SUAS. O evento contará com mesa de discussão sobre Trabalho no SUAS, e terá dentre os palestrantes os representantes dos dois conselhos regionais tratando de atribuições privativas das profissões, além do MDS e da SETP na apresentação da NOB/RH no Brasil e o Plano Estadual de Capacitação. Haverá ainda um período para as Oficinas Temáticas destacando algumas experiências de trabalho no SUAS. Jucimeri, da SETP, comenta que é um encontro de mobilização, e que serão convidados o

COGEMAS e as Centrais Sindicais, que também estão envolvidos no debate da NOB/RH.

**I Encontro Estadual de Monitoramento da Gestão Municipal do SUAS dias 21 a 23 de outubro de 2008:**

Jucimeri, da SETP, expõe que o encontro de Monitoramento contou com a participação dos 18 Escritórios Regionais da SETP e apresentou proposta de instrumento de monitoramento do Sistema Municipal, a ser preenchido pelos Escritórios Regionais. Em um primeiro momento, o instrumento será aplicado em 30% dos municípios do Paraná, como um pré-teste, até dezembro de 2008, uma vez que este ainda não se trata de um Sistema de Monitoramento pactuado pela CIB e deliberado pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

Em 2009, já com o resultado deste procedimento, o instrumento será avaliado e aprimorado no sentido de contribuir no acompanhamento do Estado, e cujo objetivo é sua utilização com frequência estabelecida, sintonizado ao Censo CRAS e CREAS e demais processos de monitoramento, seguindo o que já foi pactuado na CIB/PR com relação ao acompanhando não apenas dos serviços de forma desarticulada, mas ao sistema municipal como um todo, desde o atendimento à organização do órgão gestor e a relação com as demais políticas públicas.

Jucimeri, da SETP, enfatiza o papel dos Escritórios Regionais, de assessoramento técnico aos municípios, uma vez que há a preocupação de estar subsidiando o trabalho destes. É um Sistema de Monitoramento em processo de construção, com critérios de monitoramento à partir do processo de habilitação, o principal critério de implantação do SUAS nos municípios. Ela destaca o avanço eminente de incorporação do SUAS à LOAS, e neste sentido, foi também elaborado um Guia de Orientação aos Escritórios Regionais, para assessoria técnica aos municípios, visando a unificação de orientação por parte dos Escritórios Regionais em relação ao Monitoramento. Este é um processo sistemático, que deve seguir cronogramas e ter roteiro de Relatório de Gestão e Plano Municipal unificados, na relação com o Governo Federal, considerando a

possibilidade de reordenamento dos instrumentos de gestão existentes para formar um aplicativo único articulado.

Simone Ferrari, do COGEMAS, questiona se neste monitoramento há questões relacionadas à gestão, que devem estar direcionadas à operacionalização da política pública, uma vez que neste processo se concentram as maiores problemáticas e equívocos, especialmente ligados ao financiamento, uma vez que observa-se a dificuldade de elaboração da gestão financeira para custeio da assistência social, destacando, neste sentido, a importância da operacionalização e organização da política de assistência social. Neste sentido, ela questiona a previsão e a necessidade de realizar um encontro de capacitação com contadores.

Ironi Camargo, representante da SETP, expõe que está havendo o monitoramento dos equipamentos e serviços prestados, o que é indicado pelo MDS, e amplia a organização dos municípios. Segundo ela, até então não estava se analisando a gestão como um todo, a organização do sistema municipal, e o objetivo do encontro foi dimensionado em preparar os Escritórios Regionais para discutir a estrutura de gestão, financiamento, rede de serviços e controle social com os municípios. Pautou-se o papel do Estado no monitoramento e o desenho da gestão, destacando a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, e finalizando a discussão sobre Financiamento, o qual foi ministrado por Gisele Tavares.

O instrumental que será utilizado para discutir a gestão inicia pelos questionamentos acerca da situação desta no município, incluindo o papel do gestor, estrutura, controle, financiamento, articulação com outras políticas e o funcionamento do Conselho Municipal. Em 2009, com o resultado deste primeiro monitoramento, realizar-se-á um seminário para o planejamento das demandas com o objetivo de reforçar o processo de organização e reconhecimento da realidade dos municípios, o que subsidiará também os novos gestores em sua administração.

Jucimeri, da SETP, ressalta que está sendo elaborada uma cartilha sobre financiamento, na Comissão de Financiamento do CEAS/PR, para qual será



solicitado também o apoio de Gisele Tavares para revisão desta cartilha. Ela retoma que em cada eixo do instrumento haverá novas informações em anexo para que os Escritórios Regionais possam monitorar, e, neste processo, avaliar e construir juntamente com os municípios estratégias a serem implementadas, o que reafirma a necessidade de estruturação das equipes dos Escritórios.

Sobre o questionamento de Simone Ferrari, do COGEMAS, em relação a capacitação de contadores, será apresentado pela SETP o Plano Estadual de Capacitação com as diretrizes e sistemáticas, para aprovação na reunião do CEAS em dezembro. Tal plano visa garantir espaços específicos de capacitação para gestores, contando com apoio do COGEMAS, além de buscar articulação com as universidades para a discussão sobre o SUAS. Em 2009, há previsão de encontros regionais com gestores e Prefeitos, sobre o SUAS e posteriormente, evento dirigido aos contadores e gestores sobre financiamento.

#### **Co- financiamento Estadual 2008 para CRAS, CREAS e Benefícios Eventuais:**

Eunice Porcel, representante do COGEMAS, solicita esclarecimentos sobre o co-financiamento de CRAS pactuado pela CIB, e contemplando alguns municípios do estado do Paraná. Jucimeri, da SETP, informa que em decorrência do processo eleitoral não houve autorização governamental para repasse de recurso antes de 03 de julho e, portanto, será preciso aguardar o período previsto pela legislação eleitoral. Esta discussão está sendo retomada junto ao governador para que o repasse de recurso seja autorizado, uma vez que se trata de co-financiamento de 2008.